

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.517.785 - MG (2019/0164429-1)

**RELATOR** : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE  
**AGRAVANTE** : COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES UNIDOS LTDA  
**ADVOGADOS** : LUIZ EDUARDO ANDRADE MESTIERI - MG083190  
HENRIQUE DAIBERT DE FREITAS - MG115783  
THAIS PEREIRA JARDIM - MG151171  
CLÁUDIO FERNANDO ROCHA DA SILVA - MG075230  
**AGRAVADO** : TOKIO MARINE SEGURADORA S.A  
**ADVOGADOS** : RODRIGO OTÁVIO MOURA BOSSI E OUTRO(S) - MG081313  
EDUARDO AFONSO MENDES FONSECA FILHO - MG106596

### EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRANSPORTE DE CARGA. SEGURO 1. DECISÃO FUNDAMENTADA EM EXAME DE PROVAS E CLÁUSULAS CONTRATUAIS. 2. ANÁLISE DO DISSÍDIO PREJUDICADA. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

### DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por Cooperativa dos Transportadores Unidos Ltda. desafiando decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que não admitiu o processamento do recurso especial, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, manejado, por sua vez, contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 378):

APELAÇÃO CÍVEL - TRANSPORTE DE CARGA - SEGURO - CDC - NÃO INCIDÊNCIA - CARGA FURTADA ISOLADAMENTE SEM O FURTO DO CAMINHÃO QUE A TRANSPORTAVA - NÃO PAGAMENTO DO SEGURO - EXISTÊNCIA DE CLÁUSULA QUE PREVÊ O PAGAMENTO DO SEGURO SOMENTE NA HIPÓTESE DE FURTO SIMULTÂNEO DA CARGA E DO CAMINHÃO QUE A TRANSPORTAVA - AGRAVAMENTO DO RISCO PELO SEGURADO - NÃO CONFIGURAÇÃO.

- Em casos de contratos de seguro de transporte de mercadorias, não se aplica o CDC, pois a relação jurídica existente entre a seguradora e a transportadora segurada é de caráter mercantil, sendo o seguro adquirido como incremento da atividade principal da transportadora, de inegável caráter negociai, profissional e lucrativo.

- Se o contrato do seguro prevê a cobertura da carga, em caso de

# Superior Tribunal de Justiça

furto, somente se ela for furtada concomitantemente com o caminhão que a transporta, não se há de se falar em pagamento do seguro se apenas a carga foi furtada.

- Para que a seguradora exonere-se do pagamento, nos termos do art. 768 do Código Civil, há de haver conduta que importe no voluntário e consciente agravamento do risco por parte do segurado para receber a quantia indenizatória acordada, ou seja, não basta que a conduta tenha sido praticada voluntariamente pelo segurado, ainda que com culpa grave; é preciso que haja a intenção preordenada de obtenção do capital em favor do beneficiário e que essa conduta tenha, nessa medida, dado ensejo ao incremento do risco segurado.

V.V.:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - "CONTRATO DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO TRANSPORTADOR RODOVIÁRIO POR DESAPARECIMENTO DE CARGA" - FURTO DE CARGA - CLÁUSULA QUE CONDICIONA A COBERTURA DO EVENTO À CONCOMITÂNCIA DA SUBTRAÇÃO DO VEÍCULO - PREVISÃO ABUSIVA E NULA - NEGATIVA INDEVIDA DA GARANTIA - AGRAVAMENTO DO RISCO - INOCORRÊNCIA - INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA.

- A Cláusula que estabelece que o veículo transportador deve ser subtraído conjuntamente com a carga para que o furto da mercadoria tenha a cobertura securitária pactuada se mostra abusiva e nula, por não atender ao Princípio da Boa-fé objetiva, insculpido no art. 422, do Código Civil, e porque a sua aplicação descaracterizaria a finalidade protetiva do Pacto celebrado entre os litigantes (art. 424, do CCB/2002).

- Não incidindo a previsão contratual excessiva e eivada de nulidade e, ainda, inexistindo demonstração de que a Segurada tenha agravado o risco, na forma delineada no art. 768, do Código Civil, a indenização contratada lhe é devida.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alegou dissídio jurisprudencial no tocante à interpretação de cláusula contratual que prevê a cobertura securitária apenas na hipótese de furto concomitante da carga e do veículo transportador.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 469-484).

O Tribunal local inadmitiu o processamento do recurso especial pela ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial.

Irresignada, a recorrente interpõe agravo refutando o óbice apontado pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 525-531 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

De início, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O Tribunal estadual concluiu, após a análise dos autos, que a apólice do seguro previa a cobertura apenas quando ocorresse o desaparecimento total da carga concomitante com o do veículo transportador.

A decisão foi assim fundamentada (e-STJ, fls. 377-401):

De fato, a cláusula 4<sup>a</sup>, 4.1.1. da apólice do seguro prevê a cobertura apenas quando há o desaparecimento total da carga concomitante com o do veículo transportador (cf. f. 59).

E, no caso, como já visto, isso não se deu, valendo destacar que o registro de roubo/furto no Detran, segundo consta das ff. 87/88, é apenas da carreta, pois é ela que possui a placa HQN7069/SP.

O cavalo mecânico conta com a placa GVE8190 (ff. 134 e 136).

Isso é o quanto basta, ao meu aviso, para que não se possa reconhecer o direito da parte apelante ao recebimento do seguro.

De outro lado, penso que não se pode negar tal pagamento ao fundamento de agravamento do risco a que alude o art. 768 do Código Civil.

Ocorre que, em uma situação de emergência, é evidente que não se pode dizer que o fato de se deixar uma carreta com uma carga em um posto de gasolina enquanto se envia apenas o cavalo mecânico para o conserto configure, de pronto e necessariamente, um desleixo e o agravamento do risco a que alude o art. 768 do Código Civil.

Noutro giro, ainda que se reconhecesse que faltou algum cuidado maior com a carga, no caso, cabe lembrar o autorizado magistério do eminente Ministro Luiz Edson Fachin, segundo o qual para que a seguradora exonere-se do pagamento, nos termos do citado artigo 768 do Código Civil, há de haver conduta que importe no voluntário e consciente agravamento do risco por parte do segurado para receber a quantia indenizatória acordada.

Destaca o eminente Ministro que não basta que a conduta tenha sido praticada voluntariamente pelo segurado, ainda que com culpa grave.

Segundo Sua Excelência, não é qualquer conduta culposa que enseja aumento do risco e, do mesmo modo, não é qualquer elevação do risco por conduta, ainda que voluntária, que permite à seguradora eximir-se do pagamento da indenização ou do capital constantes da apólice.

É preciso que haja a intenção preordenada de obtenção do capital em favor do beneficiário e que essa conduta tenha, nessa medida, dado

ensejo ao incremento do risco segurado.

(...)

Assim, penso que, no caso dos autos, é mesmo de se negar a cobertura do seguro, não em razão do agravamento do risco, mas em virtude de o furto da carga não ter sido concomitante com o do caminhão que a transportava.

Por fim, vale notar que o relato dos fatos não é muito preciso, pois, na inicial, a parte apelante disse que a carga teria de ter sido entregue em 27/12/2014.

Já segundo o BO lavrado pelo motorista, visto à f. 35, ele saiu de Visconde do Rio das Velhas em 27/12/2014.

Ora, como poderia o motorista ter de entregar a carga nessa mesma data em São Luís do Maranhão?

Não bastasse isso, segundo o mencionado BO, teria o furto ocorrido entre os dias 1º/02/2014 e 06/02/2014.

Ora, a carga ficou no posto durante pelo menos cinco dias sem qualquer providência por parte da parte apelada ou de seu preposto?

E mais: tenha saído o motorista no dia 20 ou no dia 27/12/2014, teria ele chegado em Tocantins somente mais de um mês depois?

E, ainda: se a carga deveria ter sido entregue no dia 27/12/2014, como se explica o fato de a segurada, a parte apelante, ter acionado a seguradora, parte apelada, somente em fevereiro do ano seguinte?

Há algo não muito claro e preciso nesse relato, data certa.

Assim, por força dessas razões, penso que se há de manter a sentença apelada.

Assim, a modificação das premissas firmadas na origem, de modo a acolher a irresignação recursal quanto à abusividade da cláusula contratual, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos e análise e interpretação de cláusulas contratuais, procedimento inviável no âmbito do recurso especial, nos termos das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Registre-se que a incidência da Súmula 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte ora recorrida em 1% sobre o valor atualizado da condenação.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília-DF, 05 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

